

3º SIMULADO

PC PA



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PCPA para Delegado de Polícia Civil.
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPA-12-07-20>

Cartão de Respostas						
1		21		41		61
2		22		42		62
3		23		43		63
4		24		44		64
5		25		45		65
6		26		46		66
7		27		47		67
8		28		48		68
9		29		49		69
10		30		50		70
11		31		51		71
12		32		52		72
13		33		53		73
14		34		54		74
15		35		55		75
16		36		56		76
17		37		57		77
18		38		58		78
19		39		59		79
20		40		60		80

PROVA OBJETIVA**LINGUA PORTUGUESA**

Décio Terror

Amor é fogo que arde sem se ver

Amor é fogo que arde sem se ver;

É ferida que dói e não se sente;

É um contentamento descontente;

É dor que desatina sem doer;

É um não querer mais que bem querer;

É solitário andar por entre a gente;

É nunca contentar-se de contente;

É cuidar que se ganha em se perder;

É querer estar preso por vontade;

É servir a quem vence, o vencedor;

É ter com quem nos mata lealdade.

Mas como causar pode seu favor

Nos corações humanos amizade,

Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

Luís de Camões

01. O texto traz como tema:

- a) as ilusões a que a paixão conduz.
- b) as paixões que levam alguém ao desespero.
- c) o amor com características contraditórias.
- d) a verdade no amor e na paixão
- e) a lealdade e o amor sincero

02. O soneto de Camões “Amor é fogo que arde sem se ver” tem seu tema central na seguinte estrofe de música popular brasileira:

a) Linda

E sabe viver

Você me faz feliz

Esta canção é só pra dizer

E diz

(Caetano Veloso)

b) Eu não via nada senão teu olhar

Só havia o nosso amor pra cuidar

Parecia uma infinita canção

Até que um dia

Houve uma separação

(Vinícius de Moraes)

c) Assim que o dia amanheceu

Lá no mar alto da paixão

Dava pra ver o tempo ruir

Cadê você, que solidão

Esquecerá de mim

(Djavan)

d) Se o amor traz sofrimento

vou sofrer até o fim

minha vida será um tormento

se ele não disser que sim

(Marisa Monte)

e) Amor igual ao teu

Eu nunca mais terei

Amor que eu nunca vi igual

Que eu nunca mais verei

(Cidade Negra)

03. O verbo “desatina” (verso 4) é empregado com o seguinte sentido no texto:

- a) desenvolver tranquilamente
- b) atrapalhar com vontade
- c) ocorrer suavemente
- d) alucinar
- e) prejudicar

04. A função sintática do termo “amizade” (verso 13) é:

- a) adjunto adnominal
- b) objeto direto
- c) objeto indireto
- d) complemento nominal
- e) adjunto adverbial

05. O vocábulo “se”, nos dois primeiros versos, tem o seguinte valor:

- a) pronome recíproco
- b) conjunção condicional
- c) conjunção integrante
- d) pronome apassivador
- e) pronome reflexivo

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

06. O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, é correto afirmar:

- a) verificada a ilegalidade do ato, a Administração pode optar entre a anulação e a revogação, conforme a conveniência de produção de efeitos ex tunc ou ex nunc, respectivamente.
- b) a anulação do ato administrativo ilegal pela Administração depende de provocação do interessado.

c) a anulação do ato administrativo que tenha produzido efeitos no campo dos interesses individuais não prescinde de prévio contraditório que garanta o exercício da defesa da legitimidade do ato por aqueles que serão por ela atingidos.

d) a anulação do ato administrativo ilegal pela própria Administração está imune ao controle jurisdicional.

e) Todos os Entes Federados possuem o prazo de 05 anos para anular os atos ilegais dos quais resultem efeitos favoráveis aos administrados, quaisquer que sejam os atos, salvo ma-fé.

07. Quanto às fontes do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

a) todas as fontes do Direito Administrativo são primárias, podendo inovar no ordenamento jurídico.

b) Na esfera administrativa, é possível se decidir com base em princípios administrativos, ainda que consistentes em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

c) A doutrina ostenta papel importante como fonte do direito administrativo, esclarecendo e elucidando normas de modo a fomentar a sua observância e aplicação, porém, não vincula a atuação administrativa.

d) Atualmente, com uma cada vez maior judicialização de políticas públicas, a jurisprudência passou ostentar a natureza de fonte primária do Direito Administrativo.

e) Costume praeter legem é aquele preenche as lacunas da lei, possuindo aplicação subsidiária à lei, ou seja, quando não houver previsão legal sobre determinado assunto, pode-se utilizar os costumes como regra de conduta, sendo, assim, fonte primária do Direito Administrativo.

08. Acerca da organização da administração pública, assinale a alternativa correta

a) A criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, porém extravasa a competência do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre organização da Administração, sendo matéria de reserva de lei formal.

b) O consórcio público possui uma governança extremamente complexa em decorrência da obrigação de participação da União, como ente consorciado, sempre que estiverem consorciados ao menos dois Estados, ou um Estado e Municípios situados fora do território correspondente.

c) As autarquias e as fundações terão personalidade jurídica de Direito Público.

d) A autarquia é entidade integrante da Administração Pública direta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, sem patrimônio próprio, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa descentralizada.

e) É admitida a criação de autarquia por iniciativa de deputado federal, desde que este encaminhe o respectivo projeto de lei à Câmara dos Deputados e que a matéria verse estritamente sobre a criação da entidade.

09. A apuração de conduta faltosa de um detento, cometida dentro de um estabelecimento prisional, bem como a subsunção do fato à norma legal, a decisão quanto à correspondência da conduta a um falta leve, média ou grave e a aplicação de sanção pelo diretor do estabelecimento corresponde ao poder

a) de polícia;

b) jurisdicional;

c) regulamentar;

d) disciplinar;

e) hierárquico.

10. Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta

a) O parecer, por se tratar de uma opinião, um juízo de valor, uma sugestão ou uma recomendação, consiste em um ato normativo da Administração Pública.

b) O parecer facultativo é o parecer que não é exigido por lei para formulação da decisão da autoridade competente, mas esta decide solicitar o parecer para auxiliar na tomada de decisão. Uma vez emitido, o parecer não vincula a decisão da autoridade.

c) Atos negociais são atos bilaterais da Administração Pública, como, por exemplo, os contratos administrativos.

d) Os atos negociais decorrem do exercício de competência discricionária da Administração Pública porque têm como pressuposto de existência, validade e eficácia, a verificação do preenchimento dos requisitos legais que autorizam sua edição, não suscetíveis de controle externo.

e) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.

11. Quanto aos contratos e licitações públicas, assinale a alternativa correta

a) O contrato administrativo tem natureza comutativa, sendo o caráter formal indispensável à sua celebração e presente em todos os contratos desta natureza.

b) À Administração Pública é facultada a exigência de garantia dos licitantes, cabendo ao Poder Público optar por uma das modalidades estabelecidas em Lei.

c) Na fiscalização do contrato, o representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, devendo requerer à autoridade superior que imponha ao contratado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

d) Nos casos de serviços essenciais, a lei autoriza o apossamento provisório dos bens móveis e imóveis, bem como da utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, para fins de acautelar a apuração de faltas contratuais pelo contratado e na hipótese de rescisão do contrato

e) A declaração de nulidade produz efeitos ex nunc, não desconstituindo os efeitos jurídicos já produzidos, haja vista a segurança jurídica assegurada ao contratado.

12. O agente público Alfredo do Estado Alfa praticou, de forma culposa, ato previsto na lei 8.429/92 como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. Neste sentido, assinale a alternativa correta

a) No caso de prática de ato por improbidade administrativa, não é possível a aplicação de demissão do servidor no âmbito do processo administrativo disciplinar, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa perante o Poder Judiciário.

b) Somente é possível a condenação por improbidade administrativo por ato ímprobo de natureza dolosa.

c) A conduta de Alfredo não foi agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas, tendo em vista que consiste em ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.

d) A conduta de Alfredo não foi liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular, tendo em vista que consiste em ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.

e) Não configura bis in idem a coexistência de título executivo extrajudicial em decorrência de condenação por acórdão do TCU e sentença condenatória em ação civil pública de improbidade administrativa pelo mesmo fato.

13. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) Pelos danos causados pelo simples fato da obra, o Estado responde objetivamente em virtude da teoria da repartição dos riscos sociais, ainda que a obra esteja sendo executada por um particular contratado.

b) No caso de danos causados por notários e registradores responsabilidade é direta, pessoal e objetiva dos titulares de serviços de notas e de registros, tendo em vista se enquadram no conceito de pessoa privada prestadora de serviço público delegado, conforme art. 37, § 6º, CF, tendo o Estado apenas responsabilidade subsidiária.

c) Não é possível a responsabilização civil da Administração Pública por atos lícitos.

d) O Município é objetivamente responsável pelos danos causados por danos causados pelo comércio de fogos de artifícios em seu território.

e) A responsabilidade civil do Estado por danos ambientais é objetiva e solidária com o poluidor direto, fundada na teoria do risco integral, e de execução solidária.

14. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado na propriedade privada, é correto afirmar que

a) Terras devolutas são aquelas que não possuem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado, sendo, em regra, consideradas bens dominicais e pertencentes aos Estados.

b) Não é possível a alienação dos bens públicos, salvo se houver a sua desafetação, que deverá ocorrer mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

c) A impenhorabilidade dos bens públicos os tornam insuscetíveis de aquisição por usucapião.

d) Embora não se possa alienar livremente os bens públicos, é possível concedê-los como garantia de direito real em relação a dívidas contraídas pelo Poder Público, de forma a tornar reduzir a dívida pública.

e) A permissão de uso de bem público é um contrato administrativo, a exemplo do que ocorre na delegação de serviços públicos, discricionário e precário.

15. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado na propriedade privada, é correto afirmar que.

a) Na ação de desapropriação, a revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta, autorizando a dispensa da avaliação.

b) O possuidor titular do imóvel desapropriado não tem direito de indenização pela perda do seu direito possessório.

c) A declaração de utilidade pública para fins de desapropriação deve ser realizada mediante decreto expropriatórios expedido pelo Chefe do Poder executivo, não sendo possível a declaração mediante lei.

d) O Poder Público pode desistir da ação de desapropriação ainda que tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença que definiu o preço do bem, desde que o preço ainda não ter sido pago e haja possibilidade de devolução do bem nas condições em que o expropriante o recebeu.

e) O Poder Público, após a edição do decreto expropriatório, poderá optar por executar a desapropriação administrativamente ou pela via judicial.

DIREITO AMBIENTAL

Tiago Leite

16. A competência administrativa em matéria ambiental é:

a) Exclusiva da União.

b) Concorrente entre União, Estados e DF.

c) Privativa dos Municípios.

d) Concorrente entre União e Municípios.

e) Comum à União, Estados, DF e Municípios.

17. Segundo o entendimento adotado pelo STF na ADI 3540 o meio ambiente pode ser classificado em:

a) Meio ambiente de primeira geração, meio ambiente de segunda geração e meio ambiente de terceira geração.

b) Meio ambiente natural, meio ambiente cultural, meio ambiente artificial e meio ambiente laboral.

c) Meio ambiente privado e meio ambiente público.

d) Meio ambiente nacional e meio ambiente internacional.

e) Meio ambiente disponível e meio ambiente indisponível.

18. Quanto à responsabilidade ambiental, marque a alternativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental depende da comprovação da responsabilização penal.
- b) A responsabilidade civil independe da ocorrência do dano.
- c) O que fundamenta a possibilidade de imposição de sanções administrativas ambientais ao infrator é o poder de polícia.
- d) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- e) São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime ambiental, a reincidência nos crimes de natureza patrimonial.

19. Quanto à legislação florestal, assinale a alternativa que não traz uma hipótese de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

- a) Implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo.
- b) Construção e manutenção de cercas na propriedade.
- c) Coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos.
- d) A regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
- e) Construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores.

20. Segundo a Lei nº 9.985/2000, não é objetivo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

- a) Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito municipal.
- b) Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados.
- c) Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica.
- d) Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais.
- e) Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental.

DIREITO CIVIL

Lhais Hamid

21. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- a) há regra expressa acerca da vacatio legis para a vigência de lei no Brasil e em Estados estrangeiros, que não pode ser alterada.
- b) Pode-se escusar o descumprimento da lei, sob a alegação de ignorância.
- c) ocorrendo nova publicação de texto de lei, destinada à correção, não haverá alteração na vacatio legis.
- d) havendo expressa previsão, é permitida a repriminção de lei no direito brasileiro.
- e) não são admitidas leis com vigência temporária, em razão da segurança jurídica.

22. Tratando da vigência das leis, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942), indique a alternativa correta.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar imediatamente em todo o país.
- b) As correções de texto de lei já em vigor não podem ser consideradas lei nova, o que afasta a necessidade de nova publicação.
- c) A lei nova, com disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) Em regra, a lei revogada é restaurada quando a lei revogadora perde a vigência.
- e) NDA.

23. O negócio jurídico seja válido exige agente seja capaz, o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei. Assim, o negócio jurídico será nulo ou anulável, salvo quando:

- a) a impossibilidade inicial do objeto for relativa.
- b) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- c) por incapacidade relativa do agente.
- d) por vício resultante de erro.
- e) por estado de perigo.

24. A coação é considerada um vício:

- a) Social e causa a nulidade do negócio jurídico.
- b) Da vontade e causa a anulação do negócio jurídico.
- c) Social e causa a anulação do negócio jurídico, com prazo prescricional de 4 anos.
- d) Social e causa a anulação do negócio jurídico, com prazo decadencial de dez anos.
- e) Da vontade e causa a nulidade do negócio jurídico.

25. De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- b) As fundações instituídas por um filantropo.
- c) As entidades de classe.
- d) As ONG's.
- e) As associações públicas.

26. No que tange à da prescrição, corre a prescrição

- a) contra os absolutamente incapazes.
- b) na constância da sociedade conjugal.
- c) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, após o fim da tutela ou curatela.
- d) pendendo ação de evicção.
- e) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

27. Nos termos do Código Civil Brasileiro, aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas é o:

- a) proprietário.
- b) nunciante.
- c) invasor.
- d) detentor.
- e) posseiro.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

28. Quanto à sociedade limitada:

- a) A responsabilidade de cada sócio é limitada à integralização das quotas sociais por ele subscritas ou adquiridas.

- b) Apenas pode ter conselho fiscal se o contrato social prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- c) Seus atos constitutivos podem ser registrados em junta comercial ou em registro civil de pessoas jurídicas, a depender do objeto social.
- d) Pode nomear pessoa jurídica como administrador, desde que a designação seja feita pelo contrato social.
- e) A omissão do termo “limitada” no nome empresarial não acarreta a responsabilidade ilimitada dos sócios se a cláusula de limitação de responsabilidade constar do contrato social.

29. Dispõe a Lei n. 11.101/2005, sobre a recuperação judicial, que:

- a) o plano de recuperação judicial aprovado e homologado implica novação de todos os créditos constituídos até a data da homologação.
- b) o deferimento da recuperação judicial não afasta o devedor ou seu administrador da posse e da gestão da empresa.
- c) a alienação pelo devedor em recuperação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição serão admitidas mesmo sem expressa concordância do respectivo credor.
- d) distribuindo o pedido de recuperação judicial, o devedor não pode alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo administrador judicial.
- e) o devedor em recuperação deve ostentar em seu nome empresarial a expressão “em recuperação judicial” desde a propositura da ação até a homologação do plano de recuperação aprovado pelos credores.

30. Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
- b) A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados “partes beneficiárias”. Tais títulos conferirão aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social, que será exercido mediante apresentação do título à companhia e pagamento do preço de emissão das ações.
- c) O conselho de administração, cuja existência não é obrigatória nas companhias fechadas, é órgão de deliberação colegiada composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.
- d) A diretoria poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.
- e) Anualmente, nos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver uma assembleia-geral, conhecida como assembleia ordinária, para, entre outros assuntos, deliberar sobre a autorização da emissão de debêntures.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

31. A respeito da classificação das constituições, assinale a opção incorreta.

- a) Do ponto de vista material, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à

forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais.

b) Quanto ao conteúdo as constituições podem ser classificadas como formais, quando se elege como critério o processo de formação da norma e não o seu conteúdo.

c) A constituição dirigente estabelece diretrizes, programas que devem ser cumpridos pelo Estado, tendo como destinatário exclusivo o Poder Legislativo.

d) Constituição-garantia é aquela que visa limitar o poder do Estado em face da sociedade, estabelecendo direitos e garantias individuais, são também chamadas de constituições clássicas.

e) Constituição formal e material são sentidos ou dimensões que não necessariamente se sobrepõem ou coincidem com exatidão, sendo possível haver normas formais, mas não materialmente constitucionais, e vice-versa.

32. A respeito do poder constituinte, marque o item correto.

a) A titularidade do poder constituinte, como aponta a doutrina moderna, pertence a nação.

b) A expressão “hiato constitucional” utilizada pela doutrina se verifica quando há um distanciamento (choque) entre o conteúdo da Constituição e a realidade social.

c) Quanto ao momento de manifestação do Poder Constituinte, podemos chamar de histórico quando há um rompimento com a ordem precedente trazendo uma nova organização ao Estado já criado.

d) O poder constituinte originário é temporário, na medida em que a sua atuação se encerra com a elaboração da nova constituição.

e) O poder constituinte originário é jurídico, na medida em que inicia uma nova ordem jurídica.

33. A respeito da Classificação das normas constitucionais, assinale o item correto.

a) Quanto à aplicabilidade, as normas programáticas regulam suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas permitem a atuação restritiva do poder público nos termos que a lei estabelecer.

b) A CF assegura o livre exercício de qualquer profissão, ofício ou trabalho, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é exemplo de norma de aplicação imediata e de eficácia plena, que não permite, portanto, a restrição da atividade por meio de legislação infraconstitucional.

c) As normas constitucionais de eficácia absoluta são emendáveis.

d) O grau de eficácia de uma norma constitucional não pode ser aferido a partir da sua entrada em vigor, sendo necessária, para tal aferição, a verificação da incidência da lei em um caso concreto.

e) A norma constitucional com eficácia relativa restringível tem aplicabilidade direta e imediata, podendo, todavia, ter a amplitude reduzida em razão de sobrevir texto legislativo ordinário ou mesmo sentença judicial que encurte o espectro normativo, como é, por exemplo, o direito individual à inviolabilidade do domicílio, desde que é possível, por determinação judicial, que se lhe promova restrição.

34. No que se refere aos direitos sociais, assinale o item correto.

a) A Constituição Federal garante, aos trabalhadores urbanos e rurais, salário necessariamente igual ou superior ao

mínimo, para os que percebem remuneração variável.

b) A garantia, prevista na Constituição, da participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, é direito extensível aos trabalhadores domésticos.

c) Os trabalhadores urbanos e rurais deverão ter repouso semanal sempre aos domingos, sendo tal repouso remunerado.

d) É garantida, pela Constituição Federal, ao trabalhador urbano e rural, o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, cinquenta por cento a mais do que o salário normal.

e) Ao trabalhador do sexo feminino, é garantida a licença no período de gestação, que terá a duração de 180 dias e ocorrerá sem prejuízo do emprego ou salário.

35. A respeito do Federalismo brasileiro e de suas características, assinale a opção correta.

a) Quando a federação é fruto da descentralização política de um Estado Unitário (movimento centrífugo), surge o federalismo por agregação ou aglutinação.

b) A União, ente federativo dotado de soberania, representa a República Federativa do Brasil quando por exemplo, mantém relações com Estados estrangeiros e participa de organizações internacionais.

c) Os entes federados possuem o chamado autogoverno, consistente na capacidade conferida para escolherem os representantes de seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

d) A passagem do sistema dual para o sistema cooperativo caracteriza uma evolução do federalismo no Brasil.

e) O princípio da simetria é compreendido como absoluto, de modo que todas as normas que regem o Poder Legislativo da

União são de observância obrigatória pelos estados.

36. A respeito da repartição constitucional de competências, assinale a alternativa correta.

a) É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas.

b) Compete privativamente à União e aos Estados legislar sobre serviço postal.

c) É competência concorrente da União, Estados e DF explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.

d) Compete, privativamente, à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

e) Na inexistência de normas editadas pela União no exercício de competência privativa, caberá aos estados legislar de forma plena.

37. Referente à Ordem Social e à Saúde, assinale a opção correta.

a) A própria constituição prevê as condições e os requisitos para facilitar a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento.

b) Dentre os objetivos do Sistema Único de Saúde, está a centralização, com direção única em cada esfera de governo.

c) A saúde é dever e direito de todos.

d) De acordo com a CF, lei complementar municipal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

e) É de competência do Sistema Único de Saúde ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

38. A respeito da estrutura e competência dos Poderes executivo, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Senado Federal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

c) É competência vinculada e não discricionária do Presidente permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

d) Compete ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a sua posse, as contas referentes ao exercício anterior;

e) O presidente da República e o vice não poderão ausentar-se do país, por período superior a 15 dias, sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo. Essa autorização deverá ser realizada através de lei.

39. São objetivos expressos da Assistência Social, exceto:

a) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

b) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

c) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

d) O bem-estar e a justiça sociais.

e) O amparo às crianças e adolescentes carentes.

40. Referente aos partidos políticos e a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, marque a resposta correta.

a) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica deverão registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. O ato do TSE que analisa o pedido de registro partidário tem natureza jurisdicional.

b) Para que tenham direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, basta que os partidos políticos elejam, pelo menos, quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. Tal previsão inserida pela EC 97/2017 só será aplicada, nesses termos, nas eleições de 2030.

c) Os partidos não possuem autonomia para definirem em seus estatutos normas de disciplina e fidelidade partidária, devendo a lei regulamentar o tema.

d) A Constituição Federal proíbe a realização de coligação nas eleições proporcionais e majoritárias.

e) É vedado aos partidos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governos estrangeiros, sendo constitucional o recebimento de doações por pessoas jurídicas, de acordo com o STF.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

41. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, surge após as atrocidades vivenciadas na Segunda Guerra Mundial e ocupa importante espaço no processo de internacionalização dos direitos humanos. Com base em seu texto e no entendimento doutrinário, assinale a alternativa correta:

a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, como um dos primeiros tratados internacionais, gera vinculação vinculante a todos os Estados signatário.

b) A DUDH sofreu profundas influências do Positivismo e, por isso, não é possível identificar elementos relacionados ao direito natural.

c) O entendimento predominante aponta no sentido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, não é dotada de efeito vinculante e deve ser compreendida como uma recomendação, visto que se materializa como uma resolução.

d) A Declaração Universal permite que sejam feitas distinções fundadas na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa.

e) Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como cidadão perante a lei.

42. A Constituição da República de 1988 representa um marco jurídico na proteção dos direitos humanos em razão do contexto histórico em que surgiu. Sobre os direitos consagrados pelo texto constitucional, é correto que:

a) Os direitos humanos previstos na Constituição Federal estão elencados em rol taxativo.

b) A cidadania, compreendida como o estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade, é uma manifestação dos direitos humanos.

c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm eficácia plena.

d) O Poder Constituinte Derivado detém a possibilidade de alteração do texto constitucional, sendo-lhe vedado apenas a abolição dos direitos e garantias fundamentais.

e) Em razão de sua soberania, o Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

43. Os direitos humanos, quando positivados no texto constitucional, passam a ser vistos como direitos fundamentais ao indivíduo. Com base no posicionamento jurisprudencial, assinale a alternativa correta:

a) A jurisprudência aponta que é possível a exigência de limite máximo e mínimo de idade, sexo e altura para o ingresso em determinadas carreiras, bastando a previsão no edital do certame público.

b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Porém, em respeito à imagem do indivíduo e ao devido processo legal, não é permitido o uso de algemas durante audiência de instrução e julgamento.

c) O Supremo Tribunal Federal, ao ponderar sobre a liberdade religiosa - em especial as religiões de matriz africana - e o respeito ao meio ambiente, especificamente à vida de animais, decidiu pela inconstitucionalidade da lei de proteção animal.

d) A proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, garantida expressamente na Constituição Federal,

impede que sejam publicadas biografias não autorizadas.

e) O uso indevido da imagem com fins econômicos gera dano moral presumido.

44. Os tratados internacionais de direitos humanos são acordos, regidos pelo Direito Internacional, que versam sobre direitos que concretizam a dignidade da pessoa. Sobre a formação e incorporação dos tratados internacionais, pode-se afirmar corretamente:

a) No ordenamento jurídico brasileiro, a assinatura do tratado internacional pelo Presidente da República implica, por si só, na sua incorporação à ordem jurídica interna.

b) A competência do Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais pode ser livremente delegada a Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.

c) O Brasil adotou o Modelo da Unicidade de Vontade quanto à vinculação dos tratados internacionais.

d) A doutrina sustenta que o Brasil adotou o Modelo da Duplicidade de Vontade para que um tratado internacional gere efeitos jurídicos vinculantes.

e) Por expressa previsão constitucional, todos os tratados internacionais deverão passar pela aprovação do Congresso Nacional.

45. O controle de convencionalidade remete à possibilidade de as normas internacionais serem utilizadas como parâmetro para a compatibilização do ordenamento interno. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

a) O controle de convencionalidade pode ser efetuado internacionalmente, pelo exercício das cortes internacionais, ou internamente de

forma concentrada pelo STF ou de forma difusa pelos demais tribunais.

b) O controle de convencionalidade só pode ser realizado internacionalmente.

c) O controle de convencionalidade, assim como o controle de constitucionalidade, é realizado apenas pelo Supremo Tribunal Federal.

d) O controle concentrado interno de convencionalidade pode ocorrer apenas em relação aos tratados internacionais que estiverem equiparados às emendas constitucionais.

e) O controle concentrado difuso de convencionalidade é voltado exclusivamente aos tratados internacionais de direitos humanos aprovados sem a observância do procedimento previsto no art. 5º, §3º da Constituição Federal.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. De acordo com o art. 7º, I, do Código Penal, assinale a alternativa que não configura caso de extraterritorialidade incondicionada:

a) Crime contra a vida de chefe de governo estrangeiro.

b) Crime contra a fé pública de sociedade de economia mista.

c) Crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

d) Crime contra a liberdade do Presidente da República.

e) Crime contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

47. Em relação à aplicação da lei penal e à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta

a) Suponha que João tenha sido preso pela prática do crime X e, já na fase da execução penal, uma nova lei torne atípica a conduta relacionada àquela prática. Nesse caso, João cumprirá a pena imposta na legislação anterior, em face do princípio da irretroatividade da lei penal.

b) Após decorrido o período de sua duração, a lei temporária não mais poderá ser aplicada nem aos fatos praticados durante sua vigência nem aos posteriores.

c) Ocorrendo a hipótese de novatio legis in melius em relação a determinado crime praticado por uma pessoa definitivamente condenada pelo fato, caberá ao juízo da execução, e não ao juízo da condenação, a aplicação da lei mais benigna.

d) Com relação ao tempo do crime, o CP adotou a teoria da atividade, pela qual se considera praticado o crime no momento da ação ou da omissão, exceto se outro for o momento do resultado.

e) Se o agente inicia a prática de um crime permanente sob a vigência de uma lei, vindo o delito a se prolongar no tempo até a entrada em vigor de uma novatio in pejus, aplicar-se-á a lei mais benéfica, pois a lei só pode retroagir se for para beneficiar.

48. O conceito de crime, lecionado pelos penalistas que adotam a corrente doutrinária finalística e que tem em Welzel seu maior expoente, é:

a) Ação típica, antijurídica e voluntária.

b) Ação típica e juridicamente relevante.

c) Ação típica, antijurídica e dolosa.

d) Ação típica e culpável.

e) Ação típica, antijurídica e culpável.

49. A respeito da Teoria Geral do Crime, assinale a alternativa correta:

a) O Código Penal brasileiro, adotou, em relação ao conceito de infração penal, o sistema tricotômico, de acordo com o qual as infrações penais são separadas em crimes, delitos e contravenções.

b) Todo crime tem resultado jurídico, porque sempre agride um bem tutelado pela norma.

c) A tentativa incruenta não é punível, pois considera-se que o agente não iniciou a fase executória do iter criminis.

d) A diferença entre crime e contravenção penal consiste na aplicação de pena de reclusão ao primeiro e, ao segundo, pena de detenção ou multa.

e) O direito penal brasileiro não admite a punição de atos meramente preparatórios anteriores à fase executória de um crime, uma vez que a criminalização de atos anteriores à execução de delito é uma violação ao princípio da lesividade.

50. A respeito dos temas erro de tipo e erro de proibição, analise a situação hipotética

Francisco dispara seu revólver, na intenção de matar animal que achava se encontrar atrás de arbusto, no entanto acabou matando Pedro. Na situação hipotética apresentada, e considerando apenas o que diz o enunciado, é correto afirmar que se trata de

a) fato típico, pois o dolo abrangeu todos os elementos objetivos do tipo.

b) erro de proibição, que exclui a culpabilidade.

c) erro de proibição, que gera apenas a diminuição da pena, posto que inescusável.

d) erro de tipo, que exclui o dolo e a culpa, se escusável.

e) erro quanto à existência de excludente de ilicitude (descriminante putativa).

51. Acerca dos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa correta

Trata-se de homicídio qualificado por conexão, quando o crime é cometido

a) mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

b) por motivo fútil.

c) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

d) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

e) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

52. O código penal, no seu art. 121 tipifica o crime de homicídio com a seguinte redação: "Matar alguém". Com base no que foi dito, se uma mãe que intencionalmente deixa de amamentar a criança, causando-lhe a morte por inanição, pratica um:

a) crime culposo.

b) crime omissivo.

c) crime sem resultado.

d) crime comissivo por omissão.

e) fato penalmente atípico.

53. Analise cada uma das alternativas apresentadas sobre delitos praticados contra a pessoa, assinale a opção que apresenta situação característica de delito de lesão corporal de natureza grave:

a) O médico Januário, sob a justificativa de injetar um analgésico em Malu, grávida de

dois meses, aplicou-lhe anestesia geral e, aproveitando-se da incapacidade de resistência da paciente, realizou, em comum acordo com o namorado da paciente, um procedimento abortivo sem que a gestante tivesse consentido.

b) André, após ter sido preterido em sua expectativa de promoção no emprego, desferiu socos no rosto e no estômago de seu chefe, José. Embora a agressão tenha provocado tontura e hematomas na pele de José, este não apresentou nenhuma lesão aparente. Em razão da conduta de André, José teve de se afastar das suas atividades profissionais durante uma semana, retornando ao trabalho no fim desse período.

c) Emanuel caminhava por uma via pública quando, inesperadamente, um desconhecido desferiu-lhe um soco no rosto. A agressão fez que os óculos da vítima se quebrassem e ferissem o seu rosto, fazendo-a sangrar. Em decorrência da agressão, Emanuel ficou com a vista turva e somente se restabeleceu 30 dias após a agressão, ocasião em que retornou às suas atividades laborativas.

d) Daniel, após discussão com sua colega de trabalho Renata, que estava perceptivelmente grávida, desferiu-lhe um chute com a intenção de apenas machucá-la. Entretanto, em decorrência da conduta de Daniel, Renata entrou antecipadamente em trabalho de parto.

e) Jorge, após provocação, desferiu dois chutes, que não resultaram em lesões, contra seu irmão Israel. Embora tenha sentido dores durante dois dias, Israel voltou a exercer normalmente suas atividades habituais no dia seguinte à briga com seu irmão Jorge.

54. Marque a alternativa correta. Excluídas as hipóteses do art. 183 do CP, não é isento de

pena quem comete qualquer dos crimes contra o patrimônio, em prejuízo

- a) do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- b) do descendente, cujo parentesco é legítimo.
- c) do ascendente, cujo parentesco é ilegítimo.
- d) do descendente, cujo parentesco é ilegítimo
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

55. Carlos, dedicado Oficial de Justiça do TJPA, quando cumpria ordem de busca e apreensão na comunidade em que nasceu, viu, de longe, que seu irmão Marcos dispensando uma sacola plástica com grande quantidade de drogas, empurrou um PM e tentava evadir-se do local com a finalidade de evitar sua prisão em flagrante pelo delito de tráfico de drogas, crime este punido com pena mínima de cinco anos de reclusão. Diante desse contexto, quando seu irmão corre em sua direção, Carlos o auxilia, escondendo-o dentro de seu veículo particular, enquanto continua a cumprir o mandado pendente.

Descobertos os fatos, considerando apenas a situação narrada, o ato de Carlos configura:

- a) Crime de favorecimento pessoal.
- b) Crime de favorecimento real.
- c) Crime de evasão mediante violência contra a pessoa.
- d) Conduta típica, mas não punível.
- e) Conduta atípica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Victor Hugo Borges

56. Na ação penal por crime contra a honra praticado contra funcionário público no exercício de suas funções, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a legitimidade é

- a) Do ministério Público, apenas.
- b) Apenas do ofendido, mediante queixa-crime.
- c) Concorrente, isto é, do Ministério Público mediante representação, ou do ofendido, mediante queixa-crime.
- d) Do ministério Público, mediante representação, apenas.
- e) Do Ministério Público, de ofício ou do ofendido.

57. O Código de Processo Penal prevê as seguintes espécies de exceções:

- a) impedimento, suspeição, incompetência de juízo, litispendência e coisa julgada.
- b) incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada.
- c) suspeição, incompetência de juízo, litispendência e coisa julgada
- d) impedimento, suspeição e da verdade.
- e) suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada..

58. De acordo com o Código de Processo Penal, é cabível ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar a

- a) Homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de dez anos de idade.

- b) mulher que tenha praticado o crime de abandono de incapaz contra seu filho de cinco anos de idade.
- c) pessoa de setenta e cinco anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.
- d) gestante condenada pelo crime de furto qualificado, desde que já tenha ultrapassado o sétimo mês de gravidez.
- e) mulher que, condenada pelo crime de roubo, tenha filho de um ano de idade.

59. O sistema acusatório:

- a) Se caracteriza por separar as funções de acusar e julgar e por deixar a iniciativa probatória com as partes.
- b) Se verifica quando a Constituição prevê garantias ao acusado.
- c) Tem sua raiz na motivação das decisões judiciais.
- d) Vigora em sua plenitude no direito brasileiro.
- e) privilegia a acusação, sendo próprio dos regimes autoritários.

60. Assinale a alternativa incorreta

- a) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver em território sujeito à jurisdição do juiz que a tiver ordenado.
- b) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por precatória.
- c) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- d) A citação por hora certa não existe no Código de Processo Penal, devendo ser usada a analogia do Código de Processo Civil.

e) Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á com hora certa.

61. A respeito do processo penal, é correto afirmar que

a) O delegado de polícia, mediante despacho nos autos do inquérito policial, poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado sempre que o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o permitir.

b) A prova declarada inadmissível pela autoridade judicial por ter sido obtida por meios ilícitos deve ser juntada em autos apartados dos principais, não podendo servir de fundamento à condenação do réu.

c) A confissão extrajudicial do réu e outros elementos indiciários de participação no crime nos autos do processo são subsídios suficientes para autorizar-se a prolação de sentença condenatória.

d) Em um dos processos no qual é réu pela prática de crime de extorsão mediante sequestro, Júlio, cumprindo pena privativa de liberdade em regime disciplinar diferenciado, foi interrogado por meio de sistema de videoconferência antes da edição da Lei n.º 11.900/2009, que prevê a possibilidade de realização de interrogatório por videoconferência. Nessa situação hipotética, considerando-se o entendimento do STF, o interrogatório de Júlio será válido, uma vez que a nova lei, por ter caráter processual, retroage para atingir os atos praticados anteriormente à sua edição.

e) Após denúncia anônima, João foi preso em flagrante pelo crime de moeda falsa no momento em que fazia uso de notas de cem reais falsificadas. Ele confessou a autoria da falsificação, confirmada após a perícia. Com base nessa situação, João poderá indicar

assistente técnico para elaborar parecer, no qual poderá ser apresentada conclusão diferente da apresentada pela perícia oficial. Nesse caso, o juiz é livre para fundamentar sua decisão com base na perícia oficial ou na particular.

62. Sobre o processo penal:

a) Consoante a interpretação doutrinária da legislação penal, as buscas e apreensões são consideradas não só meios de prova, mas também providências acautelatórias da atividade probante (medida cautelar), podendo ser executadas em qualquer fase da persecução penal.

b) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo vedado ao juiz produzir provas de ofício, em respeito ao sistema acusatório.

c) Quando a infração deixar vestígios, a autoridade policial determinará a realização do exame de corpo de delito, direto ou indireto, que poderá ser suprido pela confissão do acusado caso não seja possível a sua realização.

d) Antes de iniciar o interrogatório, o acusado deve ser informado pelo juiz do seu direito de permanecer calado e de que não é obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, mas que o seu silêncio poderá ser interpretado como confissão presumida.

e) O princípio que rege a atividade da polícia judiciária impõe a obrigatoriedade de investigar o fato e a sua autoria, o que resulta na imperatividade da autoridade policial de instaurar inquérito policial em todos os casos em que receber comunicação da prática de infrações penais. A ausência de instauração do procedimento investigativo policial enseja a responsabilidade da autoridade e dos demais agentes envolvidos, nos termos da

legislação de regência, vez que resultará em arquivamento indireto de peça informativa.

63. Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta:

a) Costume e lei.

b) Costume e jurisprudência.

c) Doutrina e jurisprudência.

d) Princípios gerais do direito e doutrina.

e) Lei e costume.

64. Em relação ao processo penal:

a) A publicidade, a imparcialidade, o contraditório e a ampla defesa são características marcantes do sistema processual acusatório.

b) A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da verdade real.

c) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.

d) A recusa do acusado em se manifestar durante seu interrogatório poderá gerar presunção do reconhecimento do crime a ele imputado, em face do livre convencimento do juiz..

e) A lei processual penal tem aplicação imediata, razão por que os atos processuais já praticados devem ser refeitos de acordo com a legislação que entrou em vigor.

65 Relativamente aos princípios processuais penais, é incorreto afirmar que:

a) o princípio da presunção de inocência recomenda que em caso de dúvida o réu seja absolvido.

b) o princípio da presunção de inocência recomenda que processos criminais em andamento não sejam considerados como maus antecedentes para efeito de fixação de pena.

c) os princípios do contraditório e da ampla defesa recomendam que a defesa técnica se manifeste depois da acusação e antes da decisão judicial, seja nas alegações finais escritas, seja nas alegações orais.

d) o princípio do juiz natural não impede a atração por continência nos casos em que o co-réu possui foro por prerrogativa de função quando o réu deveria ser julgado por um juiz de direito de primeiro grau.

e) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para a acusação e o crime imputado seja considerado hediondo.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

66. Assinale a alternativa que corresponde à figura fundamental da imagem a seguir:



- a) Verticilo.
- b) Presilha interna.
- c) Presilha externa.
- d) Arco.
- e) Delta.

67. Dentre os sinais abaixo, qual pode ser encontrado nas mortes decorrentes de queimadura?

- a) Câmara de Mina de Hoffman.
- b) Sinal de Benassi.
- c) Funil de Bonnet.
- d) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- e) Sinal de Montalti.

68. Dentre as lesões contusas, a infiltração hemorrágica nas malhas do tecido de sangue extravasado de pequenos vasos que se romperam é chamada de:

- a) tumefação.
- b) equimose.
- c) hematoma.
- d) sufusão.
- e) bossa.

69. As drogas psicoanalépticas, ao contrário das drogas psicolépticas, são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a vigília, causando insônia. Temos como exemplos de drogas psicoanalépticas, EXCETO:

- a) Cocaína.
- b) Maconha.
- c) Crack.
- d) Merla.
- e) Freebasing.

70. Na tanatologia forense, podemos observar fenômenos transformativos destrutivos ou transformativos conservadores. Dentre os fenômenos transformativos destrutivos temos a:

- a) Maceração.
- b) Mumificação.
- c) Saponificação.

- d) Calcificação.
- e) Corificação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Fernando Bezerra

71. Sobre a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), analise as seguintes afirmativas:

1. Das decisões proferidas pelo juiz da execução caberá recurso de agravo, com efeito suspensivo.
2. Transitada em julgado a sentença que aplicar medida de segurança, será ordenada a expedição de guia para a execução.
3. A suspensão ou restrição de direitos será aplicada por ato do diretor do estabelecimento, sendo necessária a motivação, mas desnecessária a comunicação ao juiz da execução.
4. O patronato é o órgão da execução penal destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

72. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, EXCETO:

- a) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- b) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação

de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

c) Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.

d) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

e) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

73. Em relação aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor previstos na Lei 7.716/89, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É crime recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

b) É crime negar ou obstar emprego em empresa privada.

c) É crime ameaçar, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

d) É crime impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.

e) É crime recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

74. Acerca da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19) e o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei de abuso de autoridade apenas previu responsabilidade penal pela prática da conduta definida como típica;

b) A Lei 13.869/19 não prevê penas restritivas de direitos, não obstante trace uma sistemática de tripla responsabilidade penal, administrativa e civil.

c) Os tipos penais de abuso de autoridade somente podem se configurar quando exclusivamente perpetrados por agentes públicos, não se admitindo concurso com o particular.

d) O STF entende que a expressão “para o interrogatório” prevista no art. 260 do CPP é constitucional, de modo que a condução coercitiva do investigado ou réu para fins de interrogatório sobre os fatos poderá ser realizada.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

75. Em relação ao Código de Trânsito Brasileiro, a interceptação das comunicações telefônicas e a Lei Maria da Penha, julgue os itens abaixo.

I) É considerado crime de trânsito previsto na Lei 9.503/97, dirigir veículo automotor, em qualquer via, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano.

II) A inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações é uma garantia fundamental trazida no bojo da Constituição Federal em seu art. 5º, XII, cuja parte final é regulamentada pela Lei n. 9.296/96 (Interceptação Telefônica).

III) A prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, inviabiliza a representação por prisão preventiva em face da recalcitrância do agressor, mas é insuscetível de liberdade provisória;

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s) do(s) item(ns):

a) I e II.

b) II e III.

c) I, II e III.

d) I.

e) II.

76. A Lei 11.343/06 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). São princípios do Sisnad, EXCETO:

I) o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II) promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III) contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

IV) o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

Assinale a alternativa correta.

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens I, II e III.

c) Somente os itens II e III.

d) Somente os itens I e IV.

e) Somente os itens III e IV.

77. Acerca dos Crimes hediondos – Lei n. 8.072/1990, julguem os itens.

- I. Terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- II. Apenas admitem a forma tentada.
- III. Não estão todos tipificados no Código Penal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item III está correto.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Somente os itens I e II estão corretos.
- e) Somente os itens II e III estão corretos.

78. De acordo com a Lei n. 7.210/84, compete ao Juiz da execução:

- 1. aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;
- 2. declarar extinta a punibilidade;
- 3. autorizar saídas temporárias;
- 4. requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente 2 e 3 são verdadeiras.

79. Tendo em vista a Lei n. 9.099/95, julgue os itens subsequentes.

I - () Os processos em trâmite nos Juizados Especiais Criminais são regidos, dentre outros, pelos princípios da oralidade e da economia processual.

II - () O Juizado Especial Criminal possui competência para julgar infrações penais de menor potencial ofensivo, independentemente das regras de conexão e continência.

III - () De acordo com a Lei 9.099/95, a competência do Juizado Especial será determinada pelo lugar em que foi praticada ou consumada a infração penal.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, F.
- b) V, F, V.
- c) V, V, V.
- d) F, V, F.
- e) F, F, F.

80. A respeito da infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, é correto afirmar que

- 1. pode ser determinada de ofício pelo juiz, cabendo ao delegado de polícia designar os agentes que atuarão na tarefa.
- 2. a função deve ser desempenhada exclusivamente por agentes integrantes dos quadros das instituições policiais.
- 3. os agentes infiltrados terão direito à alteração da identidade, bem como a usufruir das medidas de proteção à testemunha.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPA-12-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONFIRA: [CURSO PARA A PC-PA](#)